

Audiência Pública: Violência no Ambiente Escolar

Goiânia, 13 de maio de 2011, das 09:00 hs às 13:00 hrs.

Auditório Costa Lima, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Introdução:

Por iniciativa da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Major Araújo (PRB), a Assembléia Legislativa realizou na manhã desta sexta-feira, 13 de maio, audiência pública para debater a violência no ambiente escolar e as medidas e ações para combatê-la.

Segundo o Deputado Major Araújo, é necessário que haja um consenso entre todos os segmentos para solucionar a violência nas escolas de Goiás. "Visamos buscar uma concordância de idéias entre os vários segmentos relacionados ao assunto, até mesmo entre os deputados, para que possamos lutar e convencer o executivo a tomar as medidas necessárias", explicou.

O parlamentar acrescentou que, primeiramente, é importante discutir a segurança como um todo e depois partir para a segurança nas escolas.

Participantes:

- Mesa Diretiva:

Compôs a mesa, o Deputado Major Araújo, presidente; a delegada superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás, Dr^a. Adriana Accorsi, representando o Secretário de Segurança Pública, João Furtado; o professor Edjar Júnior Barbosa, representando o Secretário Estadual da Educação, Thiago Peixoto; o promotor da 4^a Promotoria da Infância e Juventude, Alexandre Mendes Vieira; o promotor da 38^a Promotoria, Dr. Ricardo Papa; o presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB/GO, Douglas Dalto Messoria; o comandante do Batalhão Escolar, tenente-coronel Wesley Siqueira Borges; o comandante de Ensino da Polícia Militar, Coronel Avelar Lopes Viveiros; a

Diretora do Colégio Waldemar - Porangatu, Professora Neida Urias Magalhães e o professor e sociólogo Alexandre Vinícius.

- Convidados:

Foram convidados vários segmentos da sociedade civil e entes públicos, como diretores e professores da rede estadual de ensino; diretores de colégios militares; sindicatos dos professores e dos trabalhadores na educação; conselhos regionais de psicologia e assistência social e vários outros segmentos.

Desenvolvimento:

O Deputado Major Araújo, presidente da mesa, iniciou a Audiência e fez algumas considerações iniciais passando a palavra logo depois para o Ten. Cel. Wesley S. Borges, comandante do Batalhão Escolar, o qual divulgou pesquisas realizadas no primeiro trimestre de 2011, como também um comparativo de ocorrências registradas. "Conforme um comparativo do Centro de Operações da Polícia Militar, em 2010 em relação a 2009, houve uma redução no índice de criminalidade em 23%", ressaltou o tenente-coronel. O comandante também apresentou o trabalho desenvolvido atualmente pelo Batalhão e as estratégias adotadas para reduzir o índice criminal nas escolas. "Realizamos patrulhamentos; o Projeto de Acompanhamento Comunitário (Paco); ronda escolar e atendimento de socorro público; distribuímos cartilhas; realizamos palestras e reuniões comunitárias; executamos o Proerd, entre outras ações. Nossa preocupação é levar ao adolescente a importância da convivência harmoniosa no ambiente escolar."

Após, a Guarda Municipal de Aparecida de Goiânia também fez uso do data show para apresentar algumas experiências bem sucedidas na cidade, como a redução do bullying.

Em seguida fez uso da palavra a Delegada Adriana Accorsi e informou o empenho da Secretaria de Segurança Pública em resolver o problema dizendo que criará um Fórum permanente com todas as entidades envolvidas. Ao fim, ressaltou a importância da construção de uma 'cultura de paz'. "Precisamos discutir uma cultura de paz em nossas vidas", disse ela, ao

elencar os problemas mais constantes no ambiente escolar, como bullying, agressões físicas, uso e tráfico de drogas. "Infelizmente os problemas da sociedade atingem a escola e encontrar uma solução não é tarefa simples". Para ela, o que acontece na escola tem início na própria família e a sociedade precisa agir de forma integrada.

Representando o secretário estadual da Educação, Thiago Peixoto, o professor Edjar Júnior Barbosa apontou quais serão as medidas adotadas pela Secretaria a fim de solucionar a problemática da violência no ambiente escolar. O professor explicou que será realizado um trabalho simultâneo e integrado, abrangendo aluno, família e professor. "No primeiro momento vamos focar a família, através de uma parceria com as Secretarias de Cidadania e de Saúde, como uma equipe multidisciplinar. No segundo momento, está à formação dos professores, tratando assuntos como bullying e direitos humanos. E no terceiro, buscamos uma parceria com a Secretaria de Segurança, para que nos ajudem com a segurança dentro da escola." Ele concordou com a delegada Adriana Accorsi de que a mudança tem que partir do seio familiar. "A educação é algo contínuo e a escola é reflexo da sociedade". O professor lembra que o aluno de hoje é o futuro de amanhã. Ao parabenizar a iniciativa do deputado Major Araújo em promover o debate, disse que é mais que oportuna a busca de aliados na árdua tarefa de formar cidadãos.

Já o promotor da Infância e Juventude, Drº Alexandre Mendes Vieira, destacou que o ato de indisciplina é ato infracional e assim deve ser tratado. Ressaltou que a diminuição da violência nas escolas não passará tão só pela presença das polícias nas mesmas e sim da participação dos professores, diretores, coordenadores. Ao fim, sugeriu e cobrou a participação dos alunos ou representantes de alunos na audiência, para que pudesse ouvir deles o porquê de tanta violência, se a culpa é ou não da família. "Em 13 anos nesta área, nunca vi uma estatística perguntando aos alunos o motivo das ações de violência". Para ele, esta estatística nortearia melhor as ações. "O aluno é objeto de intervenção, mas também precisa intervir". Por fim, cobrou do Poder Público maior empenho na luta contra a violência, não só nas escolas, mas nos estádios, shoppings, parques, etc.

O promotor foi autor da ação civil pública que culminou na não obrigatoriedade do uso do uniforme nas escolas públicas e ao apresentar o motivo de tal ação originou um debate mais forte entre os prós e contras à obrigatoriedade ou não do uso do uniforme.

O autor da iniciativa, presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Major Araújo (PRB), concordou com a sugestão de que o debate seja ampliado junto à comunidade escolar, mas não quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme. "Acredito que os alunos deveriam ser ouvidos quanto à essa questão, e que se obrigatório, o uniforme deveria ser fornecido pelo Estado", destacou o parlamentar.

A população também opinou sobre o assunto e participou das discussões, a exemplo do Major Ubiratan, Comandante-Diretor do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, o qual relatou o exemplo de seu colégio os benefícios do uso do uniforme; do conselheiro tutelar da região oeste de Goiânia, Omar Borges, que cobrou a prática das ideias já debatidas. "A realidade é outra. O poder público precisa fazer algo pelos adolescentes. Estou cansado de reunião, precisamos de providências."; e da Diretora do Colégio do Setor Vila Morais, Sr^a. Idaliza, que também relatou o exemplo do seu colégio e da importância do uso do uniforme.

O presidente da Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia, deputado Carlos Antônio (PSC) participou também da audiência pública e ressaltou a necessidade de uma sociedade organizada para amenizar o problema. "Precisamos responsabilizar os pais, que são as maiores autoridades da humanidade; os professores, que contribuem para nossa formação; e até a Igreja, que exerce uma influência muito grande", explicou.

Já o presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB/GO, Douglas Dalto Messoria, instigou sobre a forma como a segurança pública é abordada. "Há muitos anos venho observando como a segurança pública é tratada de forma equivocada. As Polícias Militar e Civil não são elementos da segurança pública e sim da prática dela. O grande agente é o educador, o professor. Essas reuniões serão produtivas se cada professor se conscientizar que é um agente transformador." Ao final, sugeriu que fosse

instituída na Secretaria de Educação uma Comissão de Segurança Pública para que fosse abordado e discutido assuntos dessa área.

O Promotor da 38ª Promotoria, Dr. Ricardo Papa, destacou que se deve valorizar a população. “Ouvir mais, falar menos”. O mesmo relatou a experiência em que notificou os diretores dos 20 colégios mais violentos, mas que somente 4 compareceram. Destacando que há uma falta de coordenação, de corpo na entidade escolar. Por fim, deu sua opinião sobre o uso do uniforme informando que o mesmo é um direito complementar, como a alimentação e a entrega do material didático, podendo ser assim incluído na Lei de Diretrizes e Bases estadual, resolvendo a questão.

O comandante de Ensino da Polícia Militar, Coronel Avelar Lopes Viveiros ressaltou que é preciso diferenciar o papel de cada um, o do Ministério Público é fiscalizar e da Polícia Militar é executar. Também sugeriu que ouvissem os pais. E foi enfático em dizer que hoje há muitos direitos para todos, mas poucas obrigações, resultando na falta de responsabilidades das pessoas e de disciplina. Para isso argumentou que caberia ao Poder Legislativo o principal papel, qual seja, a de estabelecer essas obrigações através de lei.

O professor e sociólogo Alexandre Vinícius informou que já há leis prevendo essas obrigações, como a Lei Anti Bullying. Destacou a importância dos professores e deu exemplo próprio para demonstrar como é a realidade nas escolas.

A Diretora Neida Urias num discurso bastante emotivo relatou a sua experiência de sucesso. Através do Programa Cidadão do Amanhã conseguiu transformar a sua escola numa das melhores do Estado, com apoio da PM e vários outros segmentos da sociedade.

Após foi aberto à palavra aos convidados.

O primeiro participante a falar, ex-vereador e ex-deputado estadual, elogiou a iniciativa do Deputado Major Araújo e disse que os fatores da violência seriam a desobediência, indisciplina e desorganização.

O professor Pedro destacou a diferença de tratamento ao relatar que numa feira pode ser encontrada várias viaturas no local enquanto que na porta de uma escola nenhuma se faz presente. Ademais, disse que a violência também se dá contra o professor através da baixa remuneração, valorização do profissional e contra a própria escola como instituição. Ressaltou ainda a importância de um projeto para todas as escolas e não para uma em particular.

A Sr. Genivalda, do Programa de Enfrentamento ao Bullying da Seduc, informou da existência da Lei de Bullying e da criação de uma equipe formada por pessoas altamente capacitadas para a efetivação da mesma. Destacou que a necessidade da inversão de valores, devendo mostrar mais os pontos positivos do que os negativos, devendo o foco ser na escola, na cultura da paz, nos valores humanos. Disse que o grande problema estaria na falta de cumprimento das leis, da falta de fiscalização, pois a questão não seria de quem fosse a culpa e sim de compromisso de todos.

O líder comunitário, Manoel Rocha, sugeriu a criação de um fórum permanente de discussão. O mesmo deu grande ênfase ao patriotismo, amor à pátria e a família.

A representante do Conselho Estadual de Educação, Éster Carvalho, ressaltou a importância das parcerias e informou a opinião do Conselho sobre a presença das polícias no ambiente escolar, qual seja, que os problemas das escolas devem ser tratados no aspecto político-pedagógico e não no aspecto militar. Convidou todos os presentes para uma audiência no dia 25 de maio com o tema 'bullying'.

O Deputado Major Araújo entrevistou e disse que tudo tem seu momento e que no momento atual a presença da disciplina, de regras, de normas é necessária, fazendo jus sim da intervenção da presença das polícias no ambiente escolar.

O Dr. Edson Lucas, Presidente do Conselho Estadual da Infância e Juventude, muito elogiado pelo seu trabalho pelos membros da mesa diretiva disse que deve haver uma compreensão, interpretação das leis vigentes. Relatou que há uma confusão, medo dos professores. Deu grande valor a

pedagogia-emancipatória, a qual deve respeitar os direitos dos outros. Ao fim, ressaltou a importância de conhecer a legislação de forma desarmada e indicou vários dispositivos do ECA como orientadores dos deveres das famílias.

O Sr. Nelson Pereira, Presidente da Associação de Moradores do Setor Rodoviário e Cidade Jardim, destacou a importância da atuação de toda a sociedade, do Poder Público. Criticou a imprensa, a qual só mostra violência e maldade.

Tendo a palavra novamente o Deputado Estadual Major Araújo, o mesmo declarou encerrada a Audiência dizendo que novas outras serão realizadas as quais oportunizarão um maior espaço para a sociedade e fazer uso da palavra.